



CÂMARA DOS DEPUTADOS

PROJETO DE LEI N.º 3.335, DE 2024 **(Do Poder Executivo)**

Mensagem nº 927/2024

Mensagem nº 1292/24 (cancelamento da urgência)

OF nº 999/2024

Altera a Lei nº 14.237, de 19 de novembro de 2021, para criar modalidade de operacionalização do auxílio Gás dos Brasileiros.

DESPACHO:

ÀS COMISSÕES DE:

PREVIDÊNCIA, ASSISTÊNCIA SOCIAL, INFÂNCIA, ADOLESCÊNCIA E FAMÍLIA;

MINAS E ENERGIA;

FINANÇAS E TRIBUTAÇÃO (MÉRITO E ART. 54, RICD); E

CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA E DE CIDADANIA (ART. 54 RICD)

APRECIÇÃO:

Proposição Sujeita à Apreciação do Plenário

PUBLICAÇÃO INICIAL

Art. 137, caput - RICD

PROJETO DE LEI

Altera a Lei nº 14.237, de 19 de novembro de 2021, para criar modalidade de operacionalização do auxílio Gás dos Brasileiros.

O CONGRESSO NACIONAL decreta:

Art. 1º A Lei nº 14.237, de 19 de novembro de 2021, passa a vigorar com as seguintes alterações:

“CAPÍTULO I DISPOSIÇÕES GERAIS

Art.
1º
” (NR)

“Art. 1º-A O auxílio Gás dos Brasileiros será operacionalizado por meio das seguintes modalidades:

I - pagamento de valor monetário às famílias beneficiadas, nos termos do disposto no Capítulo II, no âmbito do Ministério do Desenvolvimento e Assistência Social e Combate à Fome; e

II - concessão de descontos, nos termos do disposto no Capítulo III, no âmbito do Ministério de Minas e Energia.” (NR)

“CAPÍTULO II DA MODALIDADE DE PAGAMENTO DE VALOR MONETÁRIO ÀS FAMÍLIAS BENEFICIADAS



Art. 2º Poderão ser beneficiadas pela modalidade de que trata o art. 1º-A, *caput*, inciso I, na forma estabelecida em regulamento e nos termos do disposto neste Capítulo, as famílias:

.....” (NR)

“Art. 3º As famílias beneficiadas, nos termos do disposto neste Capítulo, terão direito, a cada bimestre, a um valor monetário correspondente a uma parcela de, no mínimo, 50% (cinquenta por cento) da média do preço nacional de referência do botijão de treze quilogramas de GLP, da Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis – ANP, nos seis meses anteriores, na forma estabelecida em regulamento.

Parágrafo único. O pagamento do benefício previsto neste Capítulo será realizado preferencialmente à mulher responsável pela família, na forma estabelecida em regulamento.” (NR)

“Art. 4º São fontes de recursos do auxílio Gás dos Brasileiros, na modalidade prevista neste Capítulo:

.....” (NR)

“CAPÍTULO III DA MODALIDADE DE CONCESSÃO DE DESCONTOS

Art. 6º-A São elegíveis à modalidade de concessão de descontos, operacionalizada no âmbito do Ministério de Minas e Energia, as famílias inscritas no Cadastro Único para Programas Sociais do Governo Federal – CadÚnico, com renda *per capita* mensal menor ou igual a meio salário mínimo nacional, com prioridade àquelas que tenham renda *per capita* mensal até o limite estabelecido no art. 5º, *caput*, inciso II, da Lei nº 14.601, de 19 de junho de 2023.

§ 1º A modalidade de que trata este Capítulo consiste em desconto direto no revendedor varejista para a compra de botijão de treze quilogramas de GLP, limitado a um por família beneficiada, conforme periodicidade estabelecida em regulamento.

§ 2º O desconto de que trata o § 1º poderá ser diferenciado a partir de critérios estabelecidos em regulamento.” (NR)

“Art. 6º-B Compete à ANP, nos termos do disposto neste Capítulo:

I - fixar periodicamente preços de referência, por Unidade da Federação, a serem aplicados na venda do botijão de GLP pelo revendedor varejista de GLP às famílias beneficiárias; e



II - disciplinar o processo de credenciamento ao Programa auxílio Gás dos Brasileiros dos revendedores varejistas de GLP junto à ANP.” (NR)

“Art. 6º-C As regras de funcionamento da modalidade de que trata este Capítulo, inclusive o fluxo do processo de compra pelas famílias beneficiárias, serão estabelecidas em regulamento.” (NR)

“Art. 6º-D A modalidade de que trata este Capítulo será operacionalizada pela Caixa Econômica Federal, por meio de contrato firmado com a União, dispensada a licitação.” (NR)

“Art. 6º-E A modalidade de que trata este Capítulo poderá ser custeada por meio de repasses diretos à Caixa Econômica Federal:

I - pela União, de dotações orçamentárias consignadas ao Ministério de Minas e Energia, observada a disponibilidade orçamentária e financeira; e

II - por outras pessoas jurídicas, inclusive de direito público, que firmarem termo de adesão com a União, na forma estabelecida em regulamento.” (NR)

“Art. 6º-F Para fins do disposto no art. 6º-E, *caput*, inciso II, desta Lei, poderão ser repassados diretamente à Caixa Econômica Federal, na forma estabelecida em regulamento, valores equivalentes à parcela de recursos devidos à União relativos ao disposto no art. 46 da Lei nº 12.351, de 22 de dezembro de 2010, em consonância com o combate à pobreza, nos termos do disposto no art. 47, *caput*, da referida Lei.

Parágrafo único. O regulamento e o termo de adesão de que trata o art. 6º-E, *caput*, inciso II, desta Lei definirão os termos em que se darão os repasses, incluída a sua dedução das obrigações da respectiva empresa com a União relativas à parcela de que trata o *caput*, observados o cronograma previsto para a liquidação das referidas obrigações e o disposto na Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000, em particular o seu art. 9º.” (NR)

“CAPÍTULO IV
DISPOSIÇÕES FINAIS

Art. 7º
” (NR)

“Art. 8º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.” (NR)

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Brasília,



Brasília, 26 de agosto de 2024

Excelentíssimo Senhor Presidente da República,

1. Submetemos a vossa apreciação Projeto de Lei que altera a Lei nº 14.237, de 19 de novembro de 2021, para criar nova modalidade de operacionalização do Auxílio Gás dos Brasileiros.
2. A nova modalidade proposta tem o objetivo de conceder desconto direto no revendedor varejista de gás liquefeito de petróleo - GLP para a compra de botijão de 13 (treze) quilogramas de GLP pelos beneficiários do Programa. Os beneficiários elegíveis serão as famílias inscritas no Cadastro Único para Programas Sociais do Governo Federal - CadÚnico, com renda menor ou igual a meio salário mínimo nacional, com prioridade aos que tenham renda per capita mensal até o limite estabelecido no art. 5º, caput, inciso II, da Lei nº 14.601, de 19 de junho de 2023.
3. No debate internacional, o acesso a combustíveis e tecnologias limpas para cocção é tema prioritário pelo combate à pobreza energética. No Brasil, o tema da segurança alimentar (cocção) tem relação direta com o acesso ao GLP. As famílias de baixa renda, nas quais o preço do botijão afeta drasticamente os orçamentos para garantir acesso à comida, substituem o GLP por lenha ou mesmo outros energéticos que colocam em risco a saúde de seus membros e a integridade de seus lares.
4. A mensuração da pobreza energética contempla uma miríade de metodologias, de abordagens e de segmentos de mercado, incluindo o de combustíveis, com destaque para o setor de GLP, cuja presença nos domicílios brasileiros para a finalidade de cocção é relevante. Além de promover o alcance de seus objetivos sociais, é fundamental que uma política pública para o GLP também contemple seus objetivos energéticos.
5. A nova modalidade no âmbito do Auxílio Gás dos Brasileiros terá governança sob atribuição do Ministério de Minas e Energia, com operacionalização pela Caixa Econômica Federal - CEF, por meio de celebração de contrato com a União, aproveitando a reconhecida experiência desse banco público na implementação de políticas públicas voltadas para o mesmo público-alvo. No contexto de sua regulamentação, será competência da Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis - ANP: (i) fixar periodicamente preços de referência, por Unidade da Federação, a serem aplicados na venda do botijão de GLP pelo revendedor varejista de GLP às famílias beneficiárias; e (ii) disciplinar o processo de credenciamento ao Programa dos revendedores varejistas de GLP junto à Agência.
6. A modalidade criada pela presente proposta poderá ser custeada por meio de repasses diretos à Caixa: (i) pela União, de dotações orçamentárias consignadas ao Ministério de Minas e Energia, observada a disponibilidade orçamentária e financeira; e (ii) por outras pessoas jurídicas, inclusive de direito público, que celebrarem termo de adesão com a União.

7. Registra-se que a nova modalidade de operacionalização prevê que pessoas jurídicas repassem diretamente à Caixa Econômica Federal valores equivalentes a receitas de comercialização da venda do excedente em óleo do pré-sal (no caso dos adquirentes do petróleo). Como a propositura é meramente autorizativa, o presente projeto de lei não implica redução de receita pública, afastando-se, assim, o disposto no art. 135 da LDO 2024.

8. Nesse sentido, a proposta cumpre os requisitos da legislação fiscal vigente. Há a previsão de que os repasses sejam deduzidos das obrigações das empresas com a União, configurando-se um encontro de contas, no qual necessariamente deve ser observado o cronograma original de quitação dessas obrigações. Tal dedução, se ocorrer, implicaria redução de receita, que deve ser apurada, nos termos do art. 9º da Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000.

9. Essas, Senhor Presidente, são as razões que justificam a elaboração do Projeto de Lei que ora submetemos a vossa apreciação.

Respeitosamente,

Assinado por: Alexandre Silveira de Oliveira, Fernando Haddad





CÂMARA DOS DEPUTADOS
CENTRO DE DOCUMENTAÇÃO E INFORMAÇÃO – CEDI
Coordenação de Organização da Informação Legislativa – CELEG

LEI Nº 14.237, DE 19 DE NOVEMBRO DE 2021	https://normas.leg.br/?urn=urn:lex:br:federal:lei:2021-11-19;14237
LEI Nº 14.601, DE 19 DE JUNHO DE 2023	https://normas.leg.br/?urn=urn:lex:br:federal:lei:2023-06-19;14601
LEI Nº 12.351, DE 22 DE DEZEMBRO DE 2010	https://normas.leg.br/?urn=urn:lex:br:federal:lei:2010-12-22;12351
LEI COMPLEMENTAR Nº 101, DE 4 DE MAIO DE 2000	https://normas.leg.br/?urn=urn:lex:br:federal:lei:complementar:2000-05-04;101

FIM DO DOCUMENTO